

**DIPLOMACIA, IMPRENSA, POSIÇÕES IDEOLÓGICAS  
BRASILEIRAS NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: ALGUMAS  
REFLEXÕES**

**DIPLOMACY, PRESS, BRAZILIAN IDEOLOGICAL POSITIONS  
IN THE WW1: SOME REFLECTIONS**

**DIPLOMACIA, PRENSA, POSICIONES IDEOLOGICAS  
BRASILEÑAS EN LA PRIMERA GUERRA MUNDIAL: ALGUNAS  
REFLEXIONES**

Rogério Augusto Bilibio<sup>i</sup>

**Resumo:** Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, os países foram, aos poucos, definindo suas posições no conflito. No Brasil, a neutralidade decretada no início permaneceu até 1917. Durante esse período, três correntes de opinião se formaram: a favor dos Aliados, a favor da Alemanha e a neutralidade. Este artigo discute, com elementos da imprensa, declarações de diplomatas e de políticos e as razões de cada corrente e propõe reflexões sobre o tema.

**Palavras-chave:** Primeira Guerra Mundial. Imprensa. Diplomacia.

**Abstract:** Summary: As World War I began, countries gradually defined their positions in the conflict. In Brazil, the initially imposed neutrality persisted until 1917. During this period, three currents of opinion are formed: for the Allies, for Germany, and for neutrality. In this article, statements by diplomats and politicians about the reasons for each current with elements of the press are discussed and considerations are made.

**Keywords:** World War I. Press. Diplomacy.

**Resumen:** Con la eclosión de la Primera Guerra Mundial, los países fueron definiendo gradualmente sus posiciones en el conflicto. En Brasil, la neutralidad decretada al principio se mantuvo hasta 1917. Durante este periodo, se formaron tres corrientes de opinión: a favor de los aliados, a favor de Alemania y a favor de la neutralidad. Este artículo discute, con elementos de la prensa, declaraciones de diplomáticos y políticos, las razones de cada corriente y propone reflexiones sobre el tema.

**Palabras clave:** Primera Guerra Mundial. Prensa. Diplomacia.

## **Introdução**

A Conflagração Europeia, mais tarde chamada de Primeira Guerra Mundial, eclodiu após o assassinato de Francisco Ferdinando, herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, colocando em ação todos os preparativos anteriores, que datavam de pelo menos cinco décadas, em que cada nação idealizou seus objetivos e sua linha de ação prevendo o cenário da guerra. É comum encontrar-se nos escritos sobre o evento uma percepção de que ele não seria de longa duração, o que acabou por surpreender os envolvidos.

Depois dos movimentos iniciais e da fase do entrincheiramento, o envolvimento dos Estados Unidos da América no conflito inaugura, principalmente para o Brasil, uma nova fase. As ações do governo alemão para com o Brasil – as quais, pode se dizer, eram de respeito e neutralidade – abalam-se quando do torpedeamento dos navios brasileiros. A tal ponto que a neutralidade brasileira, definida no início dos combates, é rompida em 1917, e no mesmo ano o estado de beligerância é declarado.

Este estudo pretende refletir sobre como a sociedade brasileira entendeu o conflito e se posicionou a respeito. Utiliza-se o termo sociedade para conferir abrangência ao olhar, pois será com base nas declarações do Estado (congressistas e Ministros das Relações Exteriores no período) e da imprensa (observando os periódicos de alcance nacional e também do estado de Santa Catarina, pelo fato de neste Estado existir uma concentração significativa de alemães), que se buscará compreender o porquê de existirem três correntes de opinião. A primeira que propunha um alinhamento aos chamados Aliados (Inglaterra, França, EUA e outros), que serão alcunhados Aliadófilos, e a segunda que propunha aproximação da Alemanha e dos Impérios Centrais, chamados de Germanófilos. Ainda, havia uma corrente que defendia a neutralidade, contudo, essa neutralidade é um tanto peculiar, pois ser neutro naquele contexto significava a tomada de algumas posições, ainda que não bélicas.

## **As posições internas quanto ao conflito**

Nos anos da guerra, ou seja, entre 1914 e 1918, desenvolveram-se no Brasil, pelo menos, três correntes de pensamento com relação ao que deveria ser a atitude brasileira frente ao conflito. Como seria de se esperar, já que existiam dois lados litigantes principais – Alemanha e Impérios Centrais de um lado, e do outro Inglaterra, França e seus aliados –, houve um grupo para cada hoste em combate. E ainda surgiu a política da neutralidade, embora esta tenha que ser entendida não como uma neutralidade passiva e, sim, como neutralidade propositiva.

Iniciando pela posição germanófila, serão descritas as razões de cada corrente, bem como seus representantes e também o espaço que possuíram no cenário da imprensa. É conveniente, ainda, dizer que tais análises devem ser compreendidas sob uma ótica de consenso, pois certamente no bojo de cada opinião a intensidade e intencionalidade podem apresentar variações.

Ainda é preciso mencionar que, ao início dos combates, a impressão geral é de que o conflito seria de curta duração, algo em torno de seis meses. Com o seu prolongamento, as posições se definiram ao longo do período; ainda, após a declaração de guerra por parte do Brasil contra a Alemanha, em outubro de 1917, as posições de neutralidade e de germanofilia ficaram à margem do processo.

## **A imprensa**

No Brasil do início do século XX, a imprensa escrita era a única forma de se fazer divulgação dos fatos. Isso porque a primeira transmissão radiofônica só ocorreu cinco anos após o término da Primeira Guerra Mundial. A esse respeito:

No Brasil, a primeira experiência radiofônica ocorreu em 1922, porém, somente em 1923 foi instalada a primeira emissora. Até o início da década de 1930, o rádio permaneceu em caráter experimental. Organizado em sistema de sociedade, com uma programação voltada para a elite, o rádio teve um desenvolvimento lento até quando foram permitidas propagandas comerciais que levaram à organização de empresas para disputar o mercado. (MENEGUEL, 2006).

Ou seja, para uma compreensão de como a opinião pública se formava no Brasil nesse período, é preciso agrupar a essa percepção o fato de que os números da população

brasileira em 1920, o censo mais aproximado da época, acusavam a seguinte relação entre indivíduos e alfabetizados:

Tabela 1 – Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais – Brasil – 1900-2000

| População de 15 anos ou mais |         |             |                       |
|------------------------------|---------|-------------|-----------------------|
| Ano                          | Total*  | Analfabeta* | Taxa de analfabetismo |
| 1900                         | 9.728   | 6.348       | 65,3                  |
| 1920                         | 17.564  | 11.409      | 65,0                  |
| 1940                         | 23.648  | 13.269      | 56,1                  |
| 1950                         | 30.188  | 15.272      | 50,6                  |
| 1960                         | 40.233  | 15.964      | 39,7                  |
| 1970                         | 53.633  | 18.100      | 33,7                  |
| 1980                         | 74.600  | 19.356      | 25,9                  |
| 1991                         | 94.891  | 18.682      | 19,7                  |
| 2000                         | 119.533 | 16.295      | 13,6                  |

Fonte: IBGE (apud MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, [200-]).

Nota: \* Em milhares de indivíduos.

Ou seja, além de poder contar somente com o recurso do jornal escrito, a acessibilidade da informação era restrita a 35% da população (com mais de 15 anos). Dessa forma, a opinião pública tem que ser considerada como uma espécie de elite, pois certamente dessa minoria alfabetizada é que se criava o entendimento dos fatos que era disseminado aos demais, já que estes não tinham como interpretar diretamente as notícias.

Assim, os jornais exercem sobre a opinião pública uma influência bastante significativa. Durante os anos da guerra, merecem destaque alguns veículos, caracterizados pela posição com que defenderam a posição brasileira com relação à Primeira Guerra Mundial.

Jornais que se mostraram favoráveis a um alinhamento com a Alemanha: *O Dia* (Florianópolis, SC), *Diário de Notícias* (Salvador, BA), *A Tribuna* (Rio de Janeiro), *A Grande Guerra* (Rio de Janeiro), *Deutsche Zeitung* (Porto Alegre, RS), *A Guerra* (Porto Alegre, RS) e *O Diário* (Rio de Janeiro).

Como jornais que apoiaram a neutralidade, esta entendida nos termos definidos anteriormente, estariam o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*, ambos da então capital federal.

E no grupo dos jornais que defendiam o Brasil como pertencente aos países aliados estão, em São Paulo, o *Correio Paulistano* e *O Estado de São Paulo*, no Rio

Grande do Sul o *Diário Popular*, e na capital Rio de Janeiro estão sediados *O Paiz*, *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias* e *O Imparcial*.<sup>1</sup>

## A corrente pró-Alemanha

Quando iniciam os primeiros combates, com a Alemanha tomando a iniciativa de invadir territórios de outros países, as opiniões no Brasil começam a se dividir, na forma descrita anteriormente.

Entre os que se posicionaram dentro do entendimento de que seria mais vantajoso para o Brasil uma aproximação com a Alemanha, surge como nome mais proeminente o médico e político Dunshee de Abranches. Existem escritos que situam Lima Barreto e Monteiro Lobato como tais, mas não é uma posição solidificada, pois esses argumentos estão relacionados à obra literária de ambos, e não a uma posição bélica por conta do conflito. Ainda nesse ponto, o germanismo era uma posição um tanto quanto conturbada, pois a aproximação com os aliados era bem mais disseminada. Assim, a partir da figura de Abranches é que este estudo vai descrever essa corrente de pensamento. A esse respeito, assinala com precisão o historiador argentino Jose Beired (2017):

O apoio da opinião pública ao Império Alemão foi muito menor que o dedicado aos Aliados, mas nem por isso foi menos contundente. O Brasil mantinha filiais de empresas alemãs em seu território e importantes relações econômicas com a Alemanha, ao mesmo tempo em que possuía a maior comunidade de imigrantes alemães da América Latina. O principal defensor da causa alemã foi o jornalista e deputado federal Dunshee de Abranches, que ocupava o cargo de presidente da Comissão de Diplomacia da Câmara dos Deputados até renunciar quando o governo brasileiro rompeu relações com o Império Alemão. A defesa da neutralidade do Brasil diante do conflito era acompanhada da inequívoca simpatia pela vitória alemã. Declarado admirador da cultura germânica, manifestou suas posições desde o início do conflito no Congresso Nacional, na imprensa e em livros, a exemplo de *A ilusão brasileira*.

Com relação aos motivos que justificariam um alinhamento ao lado alemão, um ponto de partida a esse entendimento pode ser assim expresso:

Nas notas e comentários dos germanófilos, por sua vez, o Brasil alcançaria o progresso ao lado dos alemães, representantes do inédito e da inovação técnica, contra a antiga hegemonia econômica exercida pela Inglaterra e a

---

<sup>1</sup> Lista elaborada a partir dos estudos de Heinsfeld, Pires, Vinhosa e Beired, citados ao final deste artigo.

preponderância intelectual da França. Para os germanistas, a Alemanha era sinônimo de renovação, e o Brasil teria muitas vantagens econômicas e políticas a angariar caso optasse pelo apoio à causa desse país no conflito. (PIRES, 2011, p. 3).

Ainda como argumentos que reforçavam essa posição, citava-se como exemplo a presença alemã no Brasil, com a vinda de industriais daquele país, e do consequente incremento econômico que dali advinha. Ainda reforçando essa posição, a ideia era de que essas indústrias, além de outras atividades, seriam uma forma de manter e ampliar essa parceria econômica, que poderia ser decisiva para que o Brasil pudesse construir alternativas além da produção agrícola.

Como um contraponto ao alinhamento com a Inglaterra, era discurso comum entre os germanófilos reforçar que a trajetória do Brasil com os britânicos consistia em, desde os tempos imperiais, tomar empréstimos vultuosos com juros igualmente grandiosos. Afirmavam, assim, que não existia na verdade um laço de amizade entre os dois países, mas um compromisso financeiro, que na opinião do grupo trazia benefícios somente aos ingleses. Nessa mesma linha, atacavam a relação Brasil-França com a prerrogativa de que ela se realizava no campo cultural, comportamental e artístico, em que os termos da “vida prática” não estavam ali contemplados e, sendo assim, tinham um valor inferior àquilo que a Alemanha poderia oferecer.

Nas palavras de Abranches, capturadas no estudo de Pires (2016), tem-se uma visão do que defendia a corrente germanófila:

Para Dunshee, o prenúncio da guerra não fora a *Belle Époque* e suas imagens de progresso e prosperidade, mas o caos social e político. Uma época de conflito profundo, em que raças se confrontavam, governados rebelavam-se, anarquismos e socialismos se sobrepunham no que ele sintetizou na seguinte frase: “a previsão sinistra cada vez mais certa e aterradora de uma invasão inevitável do Oriente sobre o Ocidente, pressentindo-se de mais a mais a cada passo da história, como ruído longínquo de uma catástrofe universal.” (ABRANCHES, 1915, p. 7). Apesar de exaltar o Velho Continente como o “verdadeiro padrão por onde se podia aferir com justeza o mais alto grau de civilização moderna” (ABRANCHES, 1915, p. 9), era ali que parecia reinar a anarquia, desde que a busca incessante pelo equilíbrio continental foi rompida pela obra de Bismarck – a construção do Império Alemão. (PIRES, 2016, p. 4).

E ainda, utilizando do discurso do parlamentar, à guisa de encerramento da exposição da germanofilia, Abranches procura, ao mesmo tempo em que justifica sua

posição, mostrar ares de patriotismo e de preocupação com o destino do Brasil como nação:

À nossa independência política não sucedeu ainda a nossa emancipação econômica. Somos uma nação de fato tributária. Vivemos do estrangeiro, pelo estrangeiro e para o estrangeiro. Agora mesmo, diante da conflagração europeia, sentimo-nos bruscamente asfixiados em todas as nossas energias vivas, quando, dentro do nosso solo privilegiado e ubérrio, possuímos sem faltar uma só que seja, todas as fontes de riquezas naturais e todas as mais ricas produções do universo. Aproveitemos o momento. O que garantiu à Alemanha esse formidável poder militar com que está resistindo às investidas dos exércitos coligados das outras grandes potências foi a prodigiosa organização das suas indústrias, do seu comércio, da sua lavoura, do seu crédito, da sua fortuna pública e particular, em uma palavra, da sua incomparável administração interior. No Brasil, senhores, nada existe organizado. Somos um país corroído pelo partidarismo pessoal e pela burocracia – os dois nefastos parasitas que, há longos anos, minam e entorpecem toda a vitalidade nacional. E, o que se acaba de provar pelos fatos, é que, se sabíamos que éramos politicamente uma nação desarmada, agora verificamos que, de um momento para outro, poderemos ser facilmente humilhados e vencidos e, para isso, não precisará que nos afrontem com a força; bastará que não nos mandem o que comer e nos renderemos pela fome! É a hora de reagir. Reajamos! (ABRANCHES, 1915, p. 65-67).

A germanofilia estava, pois, calcada em argumentos de cunho material e econômico, o que lhe confere certa peculiaridade, no sentido de considerar a guerra, e os consequentes diálogos diplomáticos, como um cenário para defender os interesses nacionais a partir desta lógica. Como ponto de crítica, seria possível discutir em que medida uma aproximação brasileira com a Alemanha seria retribuída na forma que o grupo germanófilo imaginava. Contudo, é necessário fazer o mesmo raciocínio para o alinhamento com os aliados.

Encerrando esta seção, recolhe-se um artigo publicado no dia 15 de fevereiro de 1917, na edição nº 8546 do jornal catarinense *O Dia*, que se mostrou um defensor do germanismo até a declaração de guerra por parte do Brasil contra esse país.

A Alemanha ocupa no centro da Europa uma posição estratégica privilegiada. Com a invasão e posse da Bélgica, tendo afastado das suas fronteiras as hostes inimigas nos theatros oriental e occidental, ela está actualmente em condições de poder atacar os seus próprios territórios, ao passo que estes não poderão fazer a mesma cousa porque se encontram na mais deplorável situação estratégica. E tal tem sido essa situação que as esperanças dos aliados se cifram, reduzem-se apenas á formula altamente humanitária e bella de matar a Alemanha á fome! Eles sabem perfeitamente que vencer os Impérios Centraes no campo de batalha é um impossível tão grande que os faz appellar para o chamado bloqueio, sobre o qual se fundaram todas as esperanças e todas as razões que justificaram a necessidade de prolongar a

guerra por muitos annos. A formidável esquadra britannica estava te encarregada de desempenhar o papel máximo; ella deveria ser a fome personificada seu poder assombroso. Mas a ‘contra-fome’ inauditamente posta em pratica com tamanha efficacia, isto é, os admiráveis submarinos allemães vieram, juntamente com a extraordinária batalha da Jutlandia, desvanecer por completo aquelas esperanças e transformar a formidável e invencível esquadra ingleza de factor supremo que parecia ser em um instrumento quasi amorpho e de insignificante valor estratégico (sic). (O DIA, 1917, p. 3).

Como se percebe, a crença em uma vitória da Alemanha, mesmo em 1917, era um forte argumento para os defensores do alinhamento com os Impérios Centrais.

### **A corrente Aliadófila**

Abrigada pela maior parte da imprensa e pela classe política, o alinhamento à Inglaterra, França e EUA tinha como argumentos básicos as seguintes reflexões:

- a) uma tradição de proximidade cultural com a França, que inspirava manifestações artísticas, literárias e regras de convivência social adotadas pelos brasileiros;
- b) uma trajetória de recorrente apoio ao capital inglês, na forma de empréstimos e financiamentos, que datava desde o princípio do Império no Brasil;
- c) uma preocupação em se manter integrado aos movimentos diplomáticos no continente americano, em especial às decisões proferidas pelos Estados Unidos;
- d) a crença de que, em razão do maior número de países apoiando o grupo dos aliados, estes teriam mais chances de vitória e, portanto, os maiores benefícios estariam reservados aos vencedores.

Contudo, não somente esses motivos explicavam a questão. Para aprofundar o entendimento do tema, os estudos de Francisco Luiz Teixeira Vinhosa fornecem duas perspectivas necessárias. Primeiramente, a questão econômica, em relação aos ingleses:

Devemos ressaltar, contudo, que quando começou a guerra a supremacia inglesa na economia brasileira era indiscutível. Posição conquistada desde 1808, quando da vinda da família real portuguesa para o Brasil. Daí a arrogância de autores ingleses, como James Bryce, que em 1912 publicou um livro polemico intitulado *South America*. Passando pelo Brasil em 1910, viu a

mão protetora de seu país por trás de todas as realizações nacionais: estradas de ferro, portos, estabelecimentos comerciais e industriais. O Brasil, sendo uma terra de negros e muitos, deveria se conformar em ser protetorado estrangeiro. Os aspectos negativos do país, como raça inferior, falta de capitais e de governos capazes, não lhe permitiam uma vida autônoma. (VINHOSA, 1990, p. 25).

Em segundo momento, o autor mostra como os estrangeiros percebiam a opinião pública brasileira com relação à guerra e ao consequente envolvimento do Brasil no conflito:

Segundo o Consul inglês Ernest Hambloch, “o público em geral no Brasil não tinha opinião definida sobre os certos e errados das questões que de repente arrastaram a Europa para a guerra em agosto de 1914”, pois este continente estava muito distante do Brasil e aqui nos preocupávamos com a política da sucessão presidencial e com a terrível crise econômica que assolava o país. As perspectivas financeiras eram, em particular, assustadoras. “O Brasil está passando por uma crise” ressaltava The Times, “da qual não é fácil ainda se prever as consequências” e o embaixador norte-americano no Rio de Janeiro, Edwin Morgan, falava da necessidade premente de cortes nas emissões governamentais “ou uma bancarrota nacional acontecerá”. (VINHOSA, 1990, p. 23)

Assim, reforça-se a ideia de que, em momentos de crise financeira, o dinheiro inglês era muito bem-vindo, e a possibilidade de estancamento desse recurso poderia gerar problemas maiores para o Brasil do que a guerra em si, que acontecia em território europeu.

Já os intelectuais brasileiros, cuja maior expressão pode ser considerada Rui Barbosa (embora este fosse defensor de uma neutralidade também), procuravam demonstrar que os vínculos históricos do Brasil estavam integrados aos aliados. O discurso de Rui Barbosa na Argentina, que se tornou um marco da neutralidade propositiva, foi nesse sentido. Contudo, neste espaço será reproduzida a opinião de Graça Aranha, que declarou, em 1916, ao Jornal do Commercio, a seguinte ideia:

Que é que nos retém em dar todo o nosso auxílio positivo aos aliados? Os interesses! [...] Então, por consideração a alguns traficantes boches das nossas grandes cidades e por consideração às colônias alemãs esparsas em nosso território, mentiríamos o nosso passado, renegariamos o nosso ideal, repudiariamos os nossos deveres sagrados para com essa nobre civilização que nos foi dada no sangue dos nossos antepassados europeus? (JORNAL DO COMMERCIO, 1916).

Ainda nessa perspectiva, os intelectuais brasileiros criaram a Liga Brasileira de Aliados, uma instituição que, como o próprio nome sugere, teria como objetivo cativar a

opinião pública para o necessário apoio ao alinhamento brasileiro com os aliados. Nas palavras do historiador argentino Jose Beired (2017):

As atividades da LBA consistiam essencialmente na publicação de matérias na imprensa, promoção de conferências e reuniões, difusão de propaganda e coleta de doações a serem enviadas aos Aliados e à Cruz Vermelha brasileira e francesa. Como presidente de honra foi escolhido Rui Barbosa, o mais importante jurista do país, ex-ministro e defensor das convenções internacionais; e para as vice-presidências foram indicadas renomadas personalidades: o ensaísta e crítico literário José Veríssimo; Pedro Lessa, magistrado da Suprema Corte; o deputado federal Alexandre Jose Barbosa Lima; o senador Antônio Azeredo, vinculado à imprensa carioca; o poeta Olavo Bilac e o sociólogo Manoel Bonfim. O comando da liga ficou a cargo do escritor Graça Aranha, que retornara de funções diplomáticas na Europa.

Outro recurso utilizado pelos defensores da posição aliada era a descaracterização dos germanófilos, sob as mais diversas alegações. Uma das mais comuns é a descrita por Almeida, nas páginas do *Jornal do Commercio* em 1916:

Poucas foram as vozes dos que maravilhados pelo esplendor das armaduras luzidias dos teutões, se deixaram iludir por tais aparências e preferiam entoar hosanas em louvor das hordas que iam conscientemente atacar e tentar destruir as mais belas concepções da mentalidade humana [...] O ouro germânico ou a covardia moral entre os brasileiros uma meia dúzia de ovelhas desgarradas: a ignorância determinou algumas deserções do bom campo, e, umas e outras, para maior punição delas, tiveram para chefiá-las elementos completamente estranhos à nossa nacionalidade. (ALMEIDA, 1916, p. 9 apud PIRES, 2011).

Pela exposição dos motivos, atores e argumentos, pode-se dizer que a adesão à causa aliada, tal qual acontecia com os germanófilos, procurava aferir ganhos econômicos, relações históricas e perspectivas futuras. Havia, ainda, a defesa da neutralidade, cujo principal argumento era a ideia do Brasil como nação pacifista, ainda mais em se tratando de um conflito que ocorria em outro continente. A partir do afundamento dos navios brasileiros pelos alemães, contudo, a entrada do Brasil na Guerra ganhou rapidamente muitos adeptos, acabando por se concretizar ao final de 1917.

O jornal catarinense *O Estado*, surgido em 1915, mostrou-se preocupado em criar uma imagem de neutralidade durante a Guerra, que gradativamente foi se tornando uma posição pró-aliados, na medida em que os alemães torpedeavam os navios brasileiros. Logo nos seus primeiros exemplares (edição nº 16, de 01 de junho de 1915), uma crítica aos alemães se faz nítida, ao comentar um caso ocorrido em Santa Catarina, o chamado “perigo alemão”, ou seja, a teoria que os alemães estavam se apossando do Sul do Brasil.

O perigo allemão está agora concentrado entre as colinas verde de Annitapolis. O monstro foi descoberto e acuado por um arguto funcionário do ministério da agricultura, que se apressou em dar o grito de *Catilina ad portas*<sup>2</sup>, em um substancioso relatório, destinado pelo seu autor a figurar nas cogitações da nossa chancellaria e a fazer a sua gloria de salvador da integridade nacional. É em torno deste relatório que alguns jornaes do Rio fazem, neste momento, as suas reportagens sensacionais e maravilhosas, denunciando ao paiz que Santa Catharina não é, desde já, uma colônia germânica porque sobreveio a Guerra europea (sic). (O ESTADO, 1915, p. 1).

A ideia de uma dominação alemã no Sul do Brasil foi motivo de apaixonadas discussões, com exageros em ambas posições. Mas o Jornal era taxativo em denunciar o ocorrido.

## **A Posição do Estado Brasileiro**

Feita a exposição dos principais argumentos de cada corrente de pensamento a respeito da guerra, bem como uma descrição dos veículos de imprensa e, por meio destes, das ideias da intelectualidade brasileira, resta agora demonstrar como o Estado Brasileiro tratou a questão. Dentro das possibilidades deste estudo, optou-se por capturar as impressões de três representantes do governo nesse período, que ocuparam a pasta das Relações Exteriores na época. São eles: Lauro Muller, ministro entre 14 de fevereiro de 1914 e 07 de maio de 1917, Nilo Peçanha, que o sucedeu em 07 de maio de 1917, permanecendo até 15 de novembro de 1918, e Domício da Gama, cujo mandato foi de 15 de novembro de 1918 a 25 de julho de 1919.

## **Lauro Muller**

Lauro Muller, nascido em Santa Catarina e engenheiro das forças armadas, ocupou diversos cargos na política, como governador do Estado de Santa Catarina, senador da república (por três mandatos) e deputado federal (por cinco mandatos).

Defensor da neutralidade brasileira na Primeira Guerra, Lauro Muller enfrentou questionamentos por parte da opinião pública, que via no seu sobrenome alemão uma

---

<sup>2</sup> Referência às Catilinárias, de Cícero. A expressão significa “dar o alarme”, chamar a atenção para.

possibilidade de germanismo, concluindo que a neutralidade era tão somente uma estratégia de ocultação do mesmo. Embora essas acusações sejam de caráter subjetivo, é fato que o Ministro solicitou seu desligamento em maio de 1917.

A esse respeito, muitas referências se encontram nos jornais da época, nos quais o Ministro sofria ataques constantes. A Liga Brasileira de Aliados publicou várias notas, como, por exemplo:

Os sofismas dos falsos patriotas de sangue teutão, ou com afinidades tedescas, que, invocando mal-entendido civismo, são partidários velados da mesma política e da mesma moral do germanismo (Jornal do Commercio, 13 de dezembro 1916, p. 3).

O Sr. Presidente da República, surdo às influências germanófilas de pseudopatriotas de origem prussiana imediata, pode e deve acabar com o neutralismo criminoso. (Jornal do Commercio, 4 de fevereiro de 1917, p. 4).

Ainda, o mesmo jornal, mas agora no seu espaço de formação de opinião, ou seja, no editorial de 27 de junho de 1916, vaticinava:

O Sr. Lauro Muller, pode ser, apesar do trema, um ótimo Ministro e o tem sido mais de uma vez. Reúne para isso todas as aptidões. Mas daí não se segue que não devamos dizer que, no momento, a sua presença na pasta do Exterior desperte, e isto muito naturalmente, num grupo de nações beligerantes, não diremos suspeitas, mas prevenções oriundas de sua descendência, como ninguém sabe se não suscitará, do lado oposto, simpatias, que acaso não se coadunem bem com a tal neutralidade absoluta, preconizada por alguns, como a legítima e conveniente no Brasil, e que nós, com Ruy Barbosa e com o perdão dos sábios, teimamos em considerar absurda, cega, manca e prejudicial. (Jornal do Commercio, 27 de junho de 1916, p. 6).

Contudo, a posição de Lauro Muller era de manter a neutralidade. Torna-se uma tarefa um tanto quanto ousada aceitar o argumento de suas origens como uma condição incontestada de sua germanofilia. Não se têm registros de que o político tenha feito defesas da neutralidade com algum traço de preferência pelos alemães. Há quem afirme que Lauro Muller tinha “orgulho de seu sangue alemão”,<sup>3</sup> mas tal afirmação, por si só, é um tanto tênue para fundamentar a ideia de um alinhamento com a Alemanha.

---

<sup>3</sup> No entanto, Lauro Müller volta a encarnar a condição de membro de minoria nacional no episódio da sua saída do Ministério do Exterior, pouco antes da declaração do estado de guerra com a Alemanha em 1917. Nesse contexto, o assimilado exemplar volta a ser alemão, na forma como sua condição étnica aparece no volume comemorativo anteriormente mencionado. Ali o biógrafo constata “o fato de que o dr. Lauro Müller tinha legítimo orgulho do seu sangue alemão”, e a passagem “pelos cargos políticos da nova pátria, inclusive pela Academia Militar, ocorreu sem que ele esquecesse sua origem alemã ou a língua e os costumes alemães.” As publicações teuto-brasileiras, assim, afirmaram com vigor a identidade com hífen,

Para um maior aprofundamento, pode-se refletir nas palavras de Garcia da Silva (2016, p. 13):

Lauro Müller, que assumiu a pasta após o falecimento de Rio Branco, possuía uma longa trajetória política, mas não tinha experiência nas questões internacionais. Num primeiro momento chegou a propor ao Embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Domício da Gama, um posicionamento de alinhamento automático com aquele país, o que foi refutado pelo funcionário brasileiro que lhe advertia ter uma postura amigável, mas independente. Apesar de não contar com o mesmo prestígio que o seu antecessor, Müller esteve a frente do Itamaraty em episódios relevantes especialmente no que diz respeito às relações internacionais do continente americano. Quando os EUA romperam suas relações diplomáticas com o México decorrente da invasão do Porto de Vera Cruz em 1913, foi o Brasil, a pedido dos americanos, quem passou intermediar os interesses dos americanos junto aos mexicanos. Não obstante, o chanceler brasileiro ainda buscou o auxílio do Chile e da Argentina na intermediação dos conflitos. Contudo, a irrupção do conflito na Europa e a entrada dos Estados Unidos na guerra viriam a ocasionar a queda de Lauro Müller do Ministério das Relações Exteriores dada a oposição do chanceler em declarar guerra à Alemanha. Embora tenha rompido as relações entre o Brasil e a Alemanha após o torpedeamento de navios brasileiros pelos alemães, o ministro resistia em revogar a neutralidade brasileira. A opinião pública não lhe foi favorável, chegando ao ponto de apontar sua descendência alemã como a razão pela sua oposição em declarar guerra àquele país. Por fim, já com o Ministro e ex-presidente Nilo Peçanha à frente do Itamaraty o Brasil declarou guerra à Alemanha.

Em síntese, o estado brasileiro, na gestão de Lauro Muller, procurou seguir no rumo da neutralidade, aproximando-se dos EUA. Ocorre que muitos defensores da neutralidade, com destaque para Rui Barbosa, entendiam que ser neutro era tomar posição em alguns pontos, ou seja, significava sobretudo não participar do conflito em sua forma material, mas de emitir opinião, fazer pressão política, enfim, não ser omissos. Ao final do período de Lauro Muller como Ministro, a decisão de entrar na Guerra estava bem encaminhada.

## **Nilo Peçanha**

Nilo Peçanha, político nascido no Rio de Janeiro, a exemplo de Lauro Muller, também foi deputado, senador e governador. Ocupou a vice-presidência de Afonso Pena, assumindo em 14 de junho de 1909 a presidência, levando o mandato até o final.

---

com seu duplo significado de pertencimento (sangue alemão/patriota-cidadão brasileiro) (SEYFERTH, 1999, p. 78).

Com relação à sua atuação diplomática, ela se inicia em maio de 1917, ou seja, após o primeiro torpedeamento de navios brasileiros pelos alemães, e ainda é preciso registrar que desde 11 de abril daquele ano o Brasil já havia rompido relações diplomáticas com a Alemanha. O estado de guerra seria apenas uma consequência, já que as agressões navais continuavam. Finalmente, é preciso lembrar a pressão exercida sobre Lauro Muller, pelo fato de sua origem alemã, que já demonstra claramente qual era a visão que predominava nesse momento.

Dessa forma, Nilo Peçanha, enquanto ministro, praticamente não teve outra alternativa a não ser encaminhar a declaração de guerra, em função do cenário já construído. Dos três ministros analisados neste estudo, é o que menos reflexão suscita, por conta dos motivos já expostos. Finalizando esta etapa, na sequência serão descritos os movimentos executados por Domício da Gama, principalmente enquanto embaixador nos EUA.

## **Domício da Gama**

Domício da Gama, jornalista, escritor e diplomata carioca, foi nomeado ministro das Relações Exteriores quatro dias depois do armistício, tendo exercido a função até meados de 1919. Sua escolha para este estudo se justifica pelo teor de suas opiniões, mesmo não tendo atuado nos anos da Guerra na condição de ministro, foi embaixador do Brasil nos EUA de 1911 até 1918.

Pode-se dizer que Domício da Gama seguia uma linha de neutralidade, e na condição de representante do estado brasileiro nos EUA, estava próximo dos rumos que aquele país tomava em relação à Guerra. O certo é que, como a maioria dos brasileiros, após as hostilidades da Alemanha para com o Brasil, sua opinião se modifica, mas nos seguintes termos:

O Brasil nunca teve nem tem ambições bélicas, apesar de sempre se abster em mostrar qualquer parcialidade com relação ao conflito europeu, não pode mais permanecer despreocupado quando a luta envolveu os Estados Unidos. Não temos qualquer interesse, seja qual for, apenas lutamos em favor da ordem jurídica internacional quando a Alemanha nos incluiu e a outras potências neutras nos mais violentos atos de guerra (DARÓZ, 2016).

Ou seja, fica bem claro que o estado de guerra não era um desejo explícito do diplomata, que acompanhava dos EUA o desenrolar dos fatos.

A exposição, ainda que breve, das impressões desses três diplomatas mostra que a conduta do País com relação à guerra considerou o que já era um pensamento tradicional para a diplomacia brasileira, ou seja, a cautela a respeito de qualquer envolvimento bélico. Por mais que vozes internas bradassem em favor deste ou daquele, o Brasil considerou sempre o risco de se tomar uma posição em tempos de conflitos armados. Assim é que a neutralidade caracterizou de forma mais abrangente a posição brasileira na guerra, pois tal estado só foi rompido depois do afundamento dos navios brasileiros; e também é preciso não esquecer que nessa altura das batalhas, as certezas de uma vitória dos aliados já eram bem mais sólidas.

Dessa forma, conclui-se a exposição das correntes ideológicas a respeito da Primeira Guerra Mundial no Brasil e a sua repercussão na sociedade. A neutralidade, a declaração de guerra contra a Alemanha, o esforço de guerra daí decorrente, bem como os reflexos do pós-guerra são ainda tema de olhares históricos, pois há uma subjetividade nesses temas que tem resistido aos mais variados pontos de vista.

## **Considerações Finais**

O objetivo deste estudo é demonstrar como a opinião pública a respeito do envolvimento do Brasil na Primeira Guerra Mundial ocorreu, a partir das visões dos diplomatas e parlamentares, bem como da intelectualidade da época, observando suas manifestações nos jornais.

Considerando os dois agrupamentos envolvidos na Guerra e os movimentos desta, coube ao Brasil uma posição inicial de neutralidade, e que duraria por quase todo o período de conflito. O rompimento dessa neutralidade – e a declaração do estado de beligerância contra a Alemanha – pode ser entendido como uma espécie de “resposta necessária” ao torpedeamento dos navios brasileiros. Contudo, essa não é uma situação absoluta, já que poderiam ser exigidas indenizações sem a entrada na guerra.

Assim, este estudo aponta cinco reflexões principais a serem analisadas nas suas possíveis interpretações. A primeira delas diz respeito à germanofilia. Para os adeptos dessa ideia, como defender tal posição sendo uma minoria na sociedade, já que os adeptos da neutralidade e dos aliados eram em maior número? Onde encontrar na quantidade necessária os elementos germânicos na cultura brasileira, à exceção do Sul do País, onde

a presença alemã era mais significativa? Como contrapor com racionalidade suficiente a agressão alemã na Bélgica, estado neutro no conflito? Essas foram as dificuldades enfrentadas pelos germanófilos.

A segunda reflexão diz respeito ao posicionamento dos EUA. A entrada americana ocorreu em abril de 1917, seis meses antes da entrada brasileira. É preciso registrar que no mesmo mês o Brasil rompeu o estado de neutralidade. Ou seja, há uma similaridade entre as atitudes americanas e brasileiras que pode sugerir uma estratégia do governo brasileiro em acatar as decisões americanas em troca de apoio político posterior nas discussões do pós-guerra.

Uma terceira ponderação seria incluir o café brasileiro estocado nos portos europeus nos anos da guerra e o seu destino. A apreensão de parte desse produto pelos alemães e o seu consequente pagamento interessava em muito os fazendeiros, que eram nitidamente a força política da época. É difícil mensurar como a preocupação econômica dos cafeicultores possa ter influenciado a decisão brasileira, mas da mesma forma é necessário não ignorar esse fato.

Na continuidade dessas reflexões, fica uma questão a respeito da neutralidade. Em princípio, ser neutro indica não se posicionar para nenhuma das tendências. Contudo, para boa parte dos defensores da neutralidade brasileira na Primeira Guerra, animados pelas palavras de Rui Barbosa, ser neutro significa não ser belicoso. A neutralidade brasileira, ou pelo menos uma significativa parte dela, defendeu não entrar na guerra, mas discursar a favor dos aliados e mostrar que a Alemanha provocara o conflito e era responsável por suas consequências.

Finalmente, a quinta reflexão se pauta no grau de convencimento dos argumentos defendidos por germanófilos, neutrais e Aliadófilos. Até que ponto esses argumentos seriam realmente válidos para sustentar suas posições? É fato que o Estado brasileiro necessitaria tomar uma atitude, como de fato ocorreu. Contudo, pesam sobre esses argumentos as suas lacunas e contraposições.

Diante do exposto e das ponderações sugeridas, pois essa é a finalidade da história, levantar questionamentos e debatê-los, é preciso finalizar este estudo com a síntese em quatro pontos principais:

- a) durante o conflito, a posição brasileira foi a da neutralidade, só rompida com as sucessivas agressões alemãs aos seus navios;
- b) o torpedeamento dos navios brasileiros também serviu para a construção de um argumento mais sólido para as finalidades de compensação pelo esforço de guerra;
- c) a opinião pública brasileira aplaudiu a declaração do estado de guerra, em parte por questões de orgulho, em parte porque a essa altura já acreditava na vitória dos aliados;
- d) o estado de neutralidade pode ser entendido, pelo menos em parte, como um estado de alinhamento aos aliados sem mobilização de efetivos militares no conflito.

A participação brasileira na Primeira Guerra Mundial ainda suscita, e deve fazê-lo por um bom tempo, inúmeras reflexões. O fato é que, após esse episódio e a consequente participação nas conferências e negociações de paz, o Brasil começou a ser percebido como uma nação mais estratégica para os destinos do Planeta.

## Referências

ABRANCHES, Dunshee. **A conflagração europeia e suas causas**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1915.

BEIRED, José Luis Bendicho. **Opinião pública, diplomacia e nacionalismo**. O impacto da Primeira Guerra no Brasil e na Argentina. Av. Cesor., Rosario, v. 15, n. 18, jun. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2422-65802018000100007](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2422-65802018000100007). Acesso em: 18 fev. 2019.

DAROZ, Carlos. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial**: a longa travessia. São Paulo: Contexto, 2016.

HEINSFELD, Adelar. **A imprensa germanófila na capital federal durante a primeira guerra mundial**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA MILITAR, 3., 2018. Anais [...] 2018.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro. 1916 a 1917.

MENEGUEL, Yvonete Pedra. **O rádio no Brasil**: do surgimento à década de 1940 e a primeira emissora de rádio em Guarapuava. Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/713-4.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. [S. l.: s. n], [200-]).

O DIA. Edição 8546. Florianópolis, 15 fev. 1917. p. 3.

O ESTADO. Edição nº 16. Florianópolis, 1 jun. 1915. p. 1.

PIRES, Livia Claro. Do outro lado do front: Dunshee de Abranches e os germanófilos no debate brasileiro sobre a Primeira Guerra Mundial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2016. **Anais [...]** 2016. Disponível em: [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502834530\\_ARQUIVO\\_Dooutroladodofront.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502834530_ARQUIVO_Dooutroladodofront.pdf). Acesso em: 22 jan. 2019.

PIRES, Livia Claro. A Liga Brasileira pelos Aliados e o Brasil na Primeira Guerra Mundial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011. **Anais [...]** São Paulo, jul. 2011.

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. **MANA**, v. 5, n. 2, p. 61-88, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v5n2/v5n2a03.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019.

SILVA, Luis Eduardo Garcia da. Política externa da primeira república através de seus chanceleres. In: SEMINÁRIO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 3., 2016, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis, 2016. Disponível em: [http://www.seminario2016.abri.org.br/resources/anais/23/1474743765\\_ARQUIVO\\_ArtigoFinalLuizEduardoGarciaSilva.pdf](http://www.seminario2016.abri.org.br/resources/anais/23/1474743765_ARQUIVO_ArtigoFinalLuizEduardoGarciaSilva.pdf). Acesso em: 25 fev. 2019.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências**. Rio de Janeiro: IHGB, 1990.

Submetido em: 26/11/2019

Aprovado em: 03/12/2019

Publicado em: 24/12/2019

---

<sup>i</sup> Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo/RS. Graduado em História pela UNOESC/Joaçaba e Especialista em Educação Infantil e Séries Iniciais. Doutorado em Andamento, pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina.